



Anais da Assembléia

Nº 176

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUÍZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUÍZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TUTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUILIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Beninati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Rêcha - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelino Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kieise - José Tavares - Carlos Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hernas Brandão - Marquinho Alves - Geraldo Cantano; PPB - 06: Duilio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Narone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1996.**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, Cesar Selme, Cezar Silvéstri, Cleiton Kielse, Dullio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidetazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini. (54)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte:

EXPEDIENTE

Ofício:

OFÍCIO

Sob os nºs CTL/SEEG/313 e 315/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, os Projetos de Lei nºs 049/96, 051/96 e 223/96.
Ao Conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1457

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 492/96, de nossa autoria, que denomina de Professor Elias Abrahão o prédio da Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor Presidente

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 312/96, que "cria a Rede Integrada de Transporte Coletivo da Região de Maringá".

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1477

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada definitiva, do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/96, constante na Ordem do Dia da presente sessão, item 10.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 468/96, de nossa autoria, que de nova redação ao § 2º do artigo 2º da Lei sob nº 10.969 de 23 de dezembro de 1994, cujo Projeto de Lei se encontra em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 19.11.96

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 478/96, de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo a instituir gratificação especial correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos aos Servidores Públicos do Estado do Paraná lotados no Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente - CRAID, cujo Projeto de Lei se encontra em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 378/96, de nossa autoria, que cria, no Estado do Paraná, o Hospital do Servidor, cujo Projeto de Lei, se encontra em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1463

Senhor Presidente

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER A MESA, ouvido o Plenário, inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 175/95, que "autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar procedimentos para a implantação e exploração comercial da Hidrovia Ivaí-Paraná e dá outras providências."

Informa, outrossim, que o referido projeto já constou

da pauta de 1ª Discussão desta Casa em 04/03/96, tendo sido retirado da pauta por 10 sessões nessa mesma data.

Sala das Sessões, em 19.11.96
(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, Inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 201/96, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar o Sistema de Proteção à Vida - SIPROV nos Postos Rodoviários do Paraná, e das outras providências.

Informa, outrossim, que já solicitou Regime de Urgência para este Projeto em 24/06/96.

Sala das Sessões, em 19.11.96.
(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 19.11.96.
(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, propõe a formação de uma Comissão de Deputados, para acompanhar a situação dos servidores municipais de Toledo.

Tal Comissão deverá ser composta de 05 (cinco) Deputados sendo um representante de cada partido, e terá a duração de 60 dias.

Sala das Sessões, em 19.11.96.
(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1454

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Nepomuceno, ocorrido neste mês, em Curitiba, após longa e dolorosa enfermidade.

Tendo em vista ser aluno das Faculdades Tuiuti, Curso de Direito, REQUER o envio de correspondência ao corpo discente como também docente da instituição, bem como à família enlutada à Av. Sete de Setembro, nº 4636, ap. 1501, Município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.11.96.
(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1455

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João de Barros Teixeira, falecido no dia 18 do corrente mês de derrame cerebral, no Município de Rio Branco do Sul.

Requer outrossim, o envio de correspondência à família enlutada, sito à Rua Manoel Pinto Ferro, nº 209, no Município de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 19.11.96.
(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, diante do subscrito REQUER, na forma regimental, após ouvido o Plenário, seja inserida em Ata deste Poder Legislativo e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento do Empresário Ítalo Gomes Napoli, ocorrido no último dia 17 de novembro próximo passado.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Ítalo Gomes Napoli, natural de Curitiba sempre atuou como destacado empresário na Cidade de Ponta Grossa, onde como sócio acionista da Empresa IBEMA Participações S/A, colaborava com o desenvolvimento e o progresso da Cidade de Ponta Grossa/PR. Deixa viúva Ruth Maia Napoli e as filhas Suzete, Dayse e Josiane M. Napoli.

REQUERIMENTO Nº 1458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Hospital Pequeno Príncipe, pela passagem de seus 25 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à Senhora Ety Forte, para que receba e transmita a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a todos os Diretores, Médicos e equipe de enfermagem, bem como a todos os voluntários e colaboradores desse modelar Hospital Pequeno Príncipe.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Pequeno Príncipe, mantido pela Associação de Proteção à Infância "Dr. Raul Carneiro", comemora no próximo dia 21, seus 25 anos de fundação, marcando também os 40 anos da própria Associação.

Trata-se de entidade que por longos anos presta atendimento às crianças do Estado do Paraná.

Graças, porém, ao movimento constante das idéias de sua Presidente Dona Ety Forte e de seus companheiros de Diretoria, o Hospital Pequeno Príncipe, tem agora um lugar marcado na sociedade paranaense. Nem poderia ser de outra forma.

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz, em que se comemora 25 anos de fundação de um hospital como o Pequeno Príncipe, sonho este de longa data acalentado por corações bem formados.

Manter um hospital desse gabarito, onde o povo encontre socorro e alívio para suas dores, se nos afigura uma realização de tal monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar aqueles que com tanto desvelo conseguiram levar a cabo tão meritório empreendimento. Seus nomes, certamente, ficarão gravados no coração do povo paranaense, com estilete da gratidão imorredoura.

Abençoados sejam aqueles que têm à frente Dona Ety Forte, que para mitigar a dor alheia, sabem sacrificar algo do seu. Deus há de lhes levar à conta tão nobre ação.

REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Jomal "Indústria & Comércio", pela comemoração de

seu 20º aniversário de fundação.

O Jornal "Indústria & Comércio" vem ao longo de 20 anos noticiando fatos e acontecimentos ocorridos no Estado do Paraná e em todo o Brasil, de forma clara e honesta, mostrando à população o que está acontecendo no mundo da notícia.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Jornal "Indústria & Comércio", em nome de seu Diretor Presidente, Odone Fortes Martins, aos demais diretores e funcionários, sito à Rua Comendador Araújo, 126, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1476

Senhor Presidente,

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao DER pela comemoração de seus 50 anos de fundação.

Nos últimos 50 anos, o DER foi responsável pela realização de várias obras de suma importância para o nosso Estado. No Município de Ponta Grossa, as comemorações foram realizadas através de palestras, como a que se refere ao concreto compactado com rolo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao DER em nome de seu Diretor Geral Luiz Alberto Kluster, ao Diretor Regional do DER de Ponta Grossa, Ciro Macedo Ribas Junior, aos demais diretores e funcionários.

Sala das Sessões, em 19.11.96

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1478

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, tendo em vista o julgamento, pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE, dando provimento ao recurso contra a diplomação do Senador Roberto Requião, vêm expressar solidariedade ao Senador Requião, bem como lembrar aos acusadores que o processo democrático impõe o respeito à decisão do eleitor e, no caso concreto, foram 2.301.209 razões não apreciadas.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(aa) CLEITON KIELSE, MILTINHO PUPPIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, NELSON GARCIA, RICARDO CHAB, EDNO GUIMARÃES, ALBANOR GOMES, JOSÉ TAVARES, ANTONIO ANNIBELLI, NEREU MOURA, EMERSON NERONE, DURVAL AMARAL, PÉRICLES DE MELLO, CAÍTO QUINTANA, ÂNGELO VANHONI, IRONDI PUGLIESI, DUILIO GENARI, RENATO ADUR, CEZAR SILVESTRI, NEIVO BERALDIN, EDUARDO TREVISAN, SÂMIS DA SILVA, EDSON SILVA LINO, RENY BORSATTO, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, TOTI COLAÇO, PLAUTO MIRO GUIMARÃES, ORLANDO PESSUTI, WALMOR TRENTINI, GERALDO CARTÁRIO, CARLOS SIMÕES, BASÍLIO ZANUSSO, JOCELITO CANTO E JOSÉ MARIA FERREIRA.

REQUERIMENTO Nº 1453

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Diretor do DER, solicitando a construção de uma Ponte de Ligação entre o Município de Icaraima ao Município de Querência do Oeste - Porto de Jundiá.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O nosso Estado está se transformando a olhos vistos. Muitas regiões estão bem servidas com equipamen-

tos rodoviários e torna-se fácil o escoamento de produtos agrícolas, como o transporte de um modo geral.

No caso em epígrafe estamos pleiteando um equipamento que irá servir uma grande região, até então acéfala de melhoramentos.

A referida região, extremo Noroeste, carece desde a muito de uma "Ponte" que ligará os Municípios de Icaraima à Querência do Norte (Porto Jundiá).

A citada ligação será a única numa distância de mais de 120 Km, e a atual transposição só se faz por meio de balsa, modo muito precário para uma região produtiva e atualmente recebendo inúmeras famílias que para lá estão se locomovendo para assentamentos rurais.

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento no Jardim Ambiental II, Alto da XV, tendo em vista a presença constante de marginais no local.

O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, os quais também solicitam a reativação do Módulo Policial, o que, certamente inibirá a presença e qualquer ação que os desocupados possam vir a praticar contra a população.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1468

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, que sejam consignados em atas dos trabalhos desta Sessão Legislativa, a reinstalação no Município de Campo Mourão, da Regional do BANESTADO e Regional da Receita Estadual.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição fundamenta-se nos justos reclamos de todo o empresariado da Microrregião 12, que congrega 24 municípios da Região de Campo Mourão.

O potencial econômico da Microrregião 12 é incontestável e justifica, por si só, a imediata reinstalação da Regional do BANESTADO e Regional da Receita Estadual, diante disso, conclamo o aval dos nobres Pares para a aprovação e posterior atendimento do justo pleito.

REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Albino Corazza Neto, Prefeito do Município de Toledo e outros, solicitando que envie o máximo de esforços para efetuar o pagamento dos funcionários públicos do município.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1472

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Exmo. Sr. Doutor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de deter-

minar estudos para a possibilidade de suspender a autorização para o recolhimento de uma Motoniveladora Caterpillar, nº de ordem 15691, cedida sob comodato para a Prefeitura Municipal de Rio Azul, ainda no Governo do Dr. José Richa.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Rio Azul, recebeu no Governo José Richa, em regime de comodato, uma Motoniveladora Caterpillar, nº de ordem 15.691, cuja máquina, depois de receber altos investimentos da Prefeitura de Rio Azul para sua recuperação e manutenção até esta data, não pode agora, surpreendentemente se desfazer da mesma, sob pena de sofrer seriamente para dar solução aos problemas rodoviários do Município.

Por esta razão, anexamos a este o ofício nº 231/96 de 12/11/96 do Exmo. Prefeito Municipal de Rio Azul para apelar para o bom senso administrativo do Sr. Secretário dos Transportes no sentido de rever sua posição para que a população de Rio Azul não seja prejudicada com o recolhimento da mencionada Motoniveladora.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 505/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam obrigados os conjuntos habitacionais, com mais de 100 casas, financiados pelo Estado do Paraná, a manter um salão para a realização das reuniões de condomínio, Associação de Bairros e festas em geral.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Objetiva tal propositura, resolver um problema que se observa em todos os conjuntos residenciais, onde normalmente se fazem as reuniões ao ar livre, dependendo sempre do bom tempo. Tais salões vão possibilitar um maior entrosamento entre os moradores que poderão apresentar reivindicações em benefício da comunidade ali residente.

Observamos desta forma que tal medida tem amplo aspecto social, portanto contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 506/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que 5% (cinco por cento) das terras das Vilas Rurais no Estado do Paraná sejam destinadas a produção de hortifrutigranjeiros para que as Prefeituras Municipais possam repassar para creches, escolas, sindicatos e entidades assistenciais.

Art. 2º - O poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura, regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto objetiva beneficiar várias entidades de caráter social dentro dos municípios.

Entendemos que os maiores beneficiados serão as crianças que terão sua alimentação complementada com produtos de alto valor nutritivo possibilitando melhor qualidade de vida.

Em termos sociais haverá condições de absorção de mais mão-de-obra e a permanência do homem em sua região.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 507/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Cultural Esportiva de Bandeirantes, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural Esportiva de Bandeirantes, com sede e foro no Município de Bandeirantes, localizada na Rua Juvenal Mesquita, s/nº, Vila Moretti. A referida Associação promove eventos de fundo social, cultural, artístico e beneficente, bem como presta auxílio às entidades sociais e às famílias carentes de Bandeirantes e Região.

Além das atividades acima citadas a Associação promove periodicamente, cursos de curta e longa duração, excursões de natureza cultural, conferências, debates, gincanas, torneios esportivos, festivais de música, desfiles entre outros.

Em anexo segue a documentação que fornece todos os dados referentes a Associação Cultural Esportiva de Bandeirantes.

PROJETO DE LEI Nº 508/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 11.091, de 16 de maio de 1995, passa a definir-se § 1º, ficando acrescidos ao referido artigo, os parágrafos 2º e 3º, com a seguinte redação:

“§ 2º - Fica autorizado, como derrogação das normas contidas no “caput” deste artigo, pelo período de um ano, compreendido pelo exercício de 1997, a destinação dos recursos líquidos obtidos por uma das novas modalidades lotéricas a serem instituídas pelo SERLOPAR para subvenção de parte dos Jogos Mundiais da Natureza.

§ 3º - Para recebimento e aplicabilidade dos recursos auferidos, na forma do parágrafo anterior, fica credenciado o IPD - Instituto Paranaense de Desenvolvimento, através de convênio a ser firmado com o Governo do Estado.”

Art. 2º - Os incisos I e II do art. 4º da Lei nº 11.035 de 02 de janeiro de 1995 passam a ter a seguinte redação, ficando o referido artigo acrescido de parágrafo único, com a redação abaixo:

“I - sessenta e dois por cento para premia-

ção, incluída parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos;

II - três por cento para administração dos serviços pelo SERLOPAR.

Parágrafo Único - Todos os tipos de sorteios realizados na circunscrição do Estado do Paraná, telefônicos, radiofônicos, televisivos e outros que a tecnologia vier a permitir, deverão ser autorizados e fiscalizados pelo SERLOPAR, que procederá, na mesma forma que na modalidade bingo, a cobrança de três por cento pela administração dos serviços."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de desenvolver as atividades turísticas da Região Oeste do Estado de potencial eminente, foi elaborado o presente projeto para atrair e estimular investimentos naquela região. São os Jogos Mundiais da Natureza do Iguaçu, compatíveis com o ambiente natural do Lago de Itaipu.

O desenvolvimento econômico é a medida final do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, através de um evento esportivo singular e único que possibilite e favoreça o conhecimento do potencial da região, com disciplinas ligadas aos ambientes básicos ar, água e terra.

Com a conclusão do projeto, amplia-se a ocupação de mão-de-obra local, e, promove-se o desenvolvimento da atividade turística, praticada atualmente de forma circulante e/ou de passagem.

Trata-se de um investimento público e privado que através do Comitê Organizador dos Jogos Mundiais da Natureza, criado pelo Governo do Estado do Paraná, irá buscar todas as fontes e financiamentos possíveis para evitar a utilização de recursos do Poder Público.

A arrecadação lotérica, tem um potencial latente ainda em vias de exploração. Os esforços para o aumento da arrecadação estão a cargo do SERLOPAR, que, sobre o resultado líquido dos concursos e prognósticos, efetua repasses à Secretaria da Criança e Assuntos da Família, obedecendo disposições da lei nº 11.091/95.

Pretende-se provocar um aumento singular nessa arrecadação, assegurando-se de pronto, a receita dos jogos atuais do Serviço de Loteria do Estado para a destinação da lei citada, propondo-se a instituição de novos jogos, cuja receita destinar-se-á exclusivamente à promulgação do Projeto Costa Oeste, pelo desenvolvimento de programas de "marketing" que promovam um maior impacto ao volume de apostas lotéricas.

O valor orçado para esse fim é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). A criação de uma lei com eficácia temporária seria suficiente para dar à matéria o tratamento adequado.

Faremos da seguinte forma, sem prejuízo da receita auferida pela Secretaria da Criança e Assuntos da Família, toda a renda dos novos jogos, seria destinada ao projeto. A eficácia da lei seria de até dois anos.

Cumprida a finalidade da lei proposta, os jogos criados passam a englobar o total da receita líquida do SERLOPAR, tendo como beneficiária total, a Secretaria da Criança e Assuntos da Fa-

mília, voltando portanto, a Lei nº 11.091/95 a ter aplicabilidade plena.

As novas modalidades lotéricas seriam instituídas pelo mesmo sistema "on line/real time", desenvolvido pela empresa operadora, pela inclusão de outros tipos de máquinas, diferentes das convencionais, que não prejudicariam de imediato a receita atual da beneficiária estadual, como, a curto prazo, converter-se-ia em adicional a já existente.

Como adicional propõe-se a taxação das atividades de jogo ou sorteios a qualquer título realizadas no Estado do Paraná, com destinação da receita em caráter temporário para o financiamento dos Jogos Mundiais da Natureza.

Os meios de comunicação detêm o poder lúdico de atrair telespectadores a apostarem na sorte via ligações telefônicas, oferecendo prêmios de valor razoável para sorteios.

Trata-se de uma nova realidade na esfera comercial televisiva, porque não abrangida pelas considerações da norma penal em vigor. Emissoras de TV obtêm no Estado do Paraná substancial importância em apostas telefônicas.

Como se trata de uma atividade altamente lucrativa, o Estado não pode se furtar a cobrança de seu percentual participativo no resultado dos sorteios, porque isso significa renúncia de receita.

O órgão legalmente competente no Estado do Paraná para fiscalizar atividades de jogo ou apostas, é o SERLOPAR, que propõe como percentual razoável de cobrança 3% (três por cento), dos valores das ligações realizadas na circunscrição estadual, para retenção direta pela TELEPAR.

Várias modalidades de apostas são realizadas no Paraná inteiro, sem controle fiscalizatório e sem taxação alguma, que não podem ser ignoradas a pretexto de inexistência de texto legal que ampare o Estado no exercício do Poder de Polícia.

Altera-se o valor de 1% (um por cento) cobrado pelo SERLOPAR pela administração dos serviços, conteúdo do art. 4º, inciso II da Lei Estadual nº 11.035/95, para 3% (três por cento), a título de uniformização de taxas de sorteios, jogos e similares praticados no Estado do Paraná por particulares a qualquer título, quando autorizados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos) Concedemos com grande honra a palavra ao Dr. Francisco Simeão Rodrigues, a pedido do ilustre Deputado Beto Richa, Requerimento esse aprovado por todos os Senhores Deputados desta Casa.

Fará uma explanação o ilustre, Dr. Francisco S. Rodrigues, sobre a Associação Brasileira de Importadores de Pneus.

Pediria à platéia o silêncio para ouvirmos o Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO SIMEÃO DE SOUZA - Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente desta Assembléia Legislativa, Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk que ora preside a Sessão quero saudar a todos os seus colegas Deputados Estaduais aqui presentes e demais autoridades.

A nossa presença aqui hoje nesta Assembléia a convite do Deputado Beto Richa que nos deu uma grande oportunidade de colocar aos Senhores um problema que está sendo discutido na Câmara Federal, a respeito da importação dos pneus Semi-novos, conhecidos também como pneus meia-vida. Foi uma grande luta política na Câmara Federal onde obtivemos o apoio de 478 Deputados Federais e temos o orgulho de poder dizer, a unanimidade dos 30 Deputados Federais aqui do Paraná

num Projeto que estabelece obrigação da reciclagem de um pneu para cada outro importado dando solução definitiva ao problema da agressão do pneu inservível contra o meio ambiente e também uma solução para o problema da agressão que os pneus inservíveis causam para a saúde pública. Esta discussão na Câmara Federal não terminou, o Projeto 1259 do Deputado Pedro Novaes do PMDB do Maranhão está com requerimento com 484 assinaturas para tramitar em regime de urgência urgentíssima, ainda não foi votado e neste interim, por um descuido foi aprovada uma Lei no Rio de Janeiro que é inconstitucional, que proíbe comercialização deste tipo de produtos no território do Rio de Janeiro. Sabemos também que este mesmo trabalho de aprovar nas Assembleias Legislativas este tipo de Projeto de Lei, que é inconstitucional está em trânsito no Brasil inteiro a todos os Senhores Deputados Estaduais sobre este assunto.

Agradecemos mais uma vez ao Presidente da Assembleia, Deputado Anibal Khury e Deputado Luiz Carlos Zuk, que por convite do Deputado Beto Richa nos deram a oportunidade de trazer aqui estas informações. Queremos passar dois vídeos bem curtos, um de 12 minutos e um de 8 que muito bem esclarecem a comercialização do pneu usado no Brasil e no Mundo e o segundo vídeo, que trata especificamente do problema das usinas de reciclagem de pneus.

(Apresentação do Vídeo).

Quero agradecer ao Deputado Anibal Khury Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Luiz Carlos Zuk Deputado que preside a sessão, pela oportunidade que tivemos. Desde já nos colocamos a disposição para quaisquer informações que os ilustres Parlamentares possam necessitar, ou qualquer outra pessoa presente no Plenário.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, Professores e estudantes, que hoje visitam a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Servidores Públicos de Município de Toledo. Quero pedir licença aos demais visitantes da nossa Assembleia hoje, que vieram especificamente, pela questão do PROEM. Mas eu vou ocupar a tribuna, para abordar um tema, mais especificamente, que nós deveríamos chamar de âmbito municipal. Mas esta é uma situação muito delicada que vive os servidores do Município de Toledo. Usarei o Grande Expediente justamente, para abordar esta questão a nível nacional, discute hoje, uma reforma administrativa que a grande queixa o grande problema, diz respeito a dizer quer o Estado não suporta mais pagar Servidor Público. Dizem alguns que a quantidade de servidor público é muito, que a estabilidade do servidor público é prejudicial ao Governo e a sociedade.

Nós queremos dizer primeiro: que a estabilidade do servidor público não é um direito como se diz; adquirido do servidor público. Mas sim um direito da sociedade brasileira ter um servidor público permanente de boa qualidade e estável. Porque o Serviço Público sem estabilidade de emprego não terá um servidor público, mais sim um servo de senhor que ocupa a administração naquele momento. É isto que muitos dos nossos governantes desejam. Desejam acabar com a estabilidade do serviço público, para sucatear o serviço e para ter ao contrário do que se deseja os servidores, ser servos na sua administração. E hoje dá para se dizer que boa parte dos governantes assim desejam.

Para quem está na galeria e os Senhores Deputados tomem conhecimento, os servidores da Prefeitura Municipal de Toledo, que hoje pela manhã chegaram na

capital, é porque se esgotaram todos os recursos, que tem naquela cidade para poder receber o seu salário. Não se locomoveram até a capital, em busca de conquistas de novos direitos, mas sim, para garantir o salário Senhores Deputados. Servidores Públicos que trabalham, cumprem seu horário e no final do mês a administração diz que não tem dinheiro para pagá-los. Vieram à Capital e fomos recebidos, pela manhã, pelo Chefe da Casa Civil - Dr. Giovani Gionedis que ouvimos em contato telefônico com o Prefeito Albino Corazza Neto, concluiu aquilo que era indesejado: a prefeitura não tem como ter mais antecipação orçamentária. A prefeitura não tem capacidade de endividamento. A prefeitura não paga o salário dos servidores desde julho deste ano. Bem como não pagou o 13º de 95. Também não pagou o direito à proporcionalidade das férias do ano passado.

Assim estão esses servidores. A única chama acesa que têm é que o Chefe da Casa Civil ficou de fazer gestões junto ao BANESTADO para que se viabilize um empréstimo para que pelo menos, esses servidores recebam parte dos seus salários. E neste sentido tem sobre a Mesa um Requerimento de nossa autoria, pedindo a aprovação de uma Comissão de 5 Deputados, um de cada partido, para acompanhar essa situação e a situação de outros municípios que também não têm pago, em dia, o salário dos seus servidores.

Esses servidores não receberam salário, mas, também, não têm reajuste. São 17 meses sem, sequer, um centavo de reajuste. O ano letivo de 1996 estava marcado para iniciar no dia 4 de fevereiro e começou um mês depois, porque os salários estavam atrasados e os professores estavam se mobilizando para reivindicar seus direitos. O ano letivo foi atrasado pelo Senhor Prefeito e não pelos professores. E hoje os alunos podem perder o ano por este atraso, um ano de atraso na educação de toda a comunidade residente em Toledo e que depende das escolas municipais, por uma única responsabilidade: a de um prefeito que administra aquela cidade. Muitos foram os movimentos que esses servidores fizeram. Fizeram passeatas, buzinações pela cidade, fecharam a prefeitura, ocuparam a prefeitura por 19 dias. Foram à Câmara de Vereadores pedir o afastamento do Senhor Prefeito e nada aconteceu e o Prefeito continua e esses servidores não têm dinheiro para pagar a conta de água, não têm dinheiro para pagar a conta de luz. Os que dependem de aluguel estão sendo despejados e aqueles que têm casa financiada não conseguem cumprir com seus compromissos por uma irresponsabilidade de uma administração pública, da Cidade de Toledo.

Enquanto, com dignidade, os servidores lutam satisfazendo de seus bens, como disse, inclusive passando fome, a administração acaba pagando os credores, as empresas, as construtoras que estas teriam poder maior de elasticidade de suas finanças, não são submetidas a essa condição na qual estão sendo submetidos os servidores do Município de Toledo.

Sem planejamento, a administração municipal comprometeu, boa parte, da arrecadação do município, no 1º semestre deste ano, o município pagou 2 bilhões e 75 mil de encargos da dívida e não pagou o salário atrasado. Não saldou a dívida mas pagou os encargos da dívida. E conforme informação do Dr. Giovani Gionedis, que ficou de fornecer até a data de amanhã, foi uma das prefeituras que nunca deixou a ser atendida pelo atual Governo do Estado. Todos os convênios solicitados e programas pedidos foram aprovados de acordo com o Chefe da Casa Civil do Palácio Iguaçu. No entanto, os servidores estão de pires na mão, nas galerias desta Casa pedindo o apoio nosso, dos Senhores Deputados, para que intervenham junto àquela comunidade e junto ao Governo do Estado, para que tenham pelo menos um fim de ano sem fome, porque a condição

que hoje se encontram é de fim de ano nas ruas de Toledo, pedindo esmola para poder comprar alimentação para os seus filhos, uma vez que presente já nem sequer pensam nisso.

Aqui quero dizer o que disse o Professor Romeu, Presidente da APP, que nos acompanhou até o Palácio Iguaçu.

Esta tribuna deveria ser ocupada por um servidor público, porque falar da dor só pode falar aquele que sente, que ele terá maior condição de falar. Como essa dor, não sou eu que sinto e quem está sentindo está nas galerias, desta tribuna poderiam expressar melhor a situação em que se encontra.

Em dezembro de 95, Senhores Deputados, o Prefeito extinguiu o Fundo de Previdência, que pagava a Previdência Social dos Aposentados, o que ocorreu, se os aposentados que percebiam a sua aposentadoria em dia, não atrasava, ao extingui-la e colocá-la com responsabilidade do Tesouro do Município, ocorre que agora nem esses recebem suas aposentadorias em dia, agora atrasa para eles também.

A administração de Toledo, o atual Prefeito mantém colunas em jornais na cidade à custa do erário público para fazer a defesa da sua administração, mas provavelmente não deve falar uma vírgula sobre a situação de recursos humanos daquela Prefeitura, cujo serviço está sendo sucateado, cujos profissionais como disse não percebem seus vencimentos, nem sequer pensar em qualquer processo de formação e de melhoria do quadro profissional daquela Prefeitura.

A Prefeitura tem mais, Senhores Deputados, tem descontado quando paga o salário dos servidores, tem descontado o percentual que deveria repassar ao Sindicato dos Servidores Públicos. Quando sai o pagamento ele faz o desconto, no entanto, não repassa ao Sindicato, e isto acaba sendo apropriação indébita, o uso indevido do dinheiro que não lhe pertencia, e isto não está só ocorrendo com a Prefeitura de Toledo, existem outras Prefeituras que durante o período eleitoral não repassava a parte do Sindicato às respectivas Entidades.

E quando seus candidatos a Prefeito perder as eleições aí sim cortou de vez o repasse para o Sindicato, isso aconteceu em mais do que uma. E dou exemplo, até está presente a Deputada Irondi Pugliesi, Arapongas é o exemplo que por seis meses não passou para o Sindicato o que foi descontado, e agora recentemente cortou o desconto do Sindicato dos Servidores da Folha de Pagamento e não tem feito mais o desconto.

Esta tem sido infelizmente, a prática de mais do que um Prefeito, porque se nós formos lembrar aqui existem servidores também do Município de Roncador que desde julho também não percebem seus salários. E podemos fazer uma lista de inúmeros municípios, como hoje está no jornal, Laranjeiras do Sul também, mas o de Toledo é uma situação ainda mais grave do que os demais, e que deve ser prestado socorro imediatamente.

Concedo aparte ao Deputado que me solicitou, Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Peço às galerias que se manifestem através de aplausos, como se estivessem nas suas salas de aula, na repartição pública.

Não é muito bom para o Regime Democrático que aqueles que serão, sem dúvida alguma, e representa, o nosso futuro, fiquem aí nervosos, assobiando e dando vaias.

O Sr. Nereu Moura - Deputado, Dr. Rosinha, o assunto que V.Exa. aborda é um assunto bastante interessante, tendo em vista, V.Exa. traz aqui o problema de Toledo. Quem imaginava que Toledo, pela sua pujança, pela sua força, um município calcado na agricultura, na industrialização chegasse ao ridículo que está, hoje, no

Paraná, os funcionários com os salários sem receber, os fornecedores, enfim, Toledo passa nesse momento por uma situação muito difícil.

Mas, Deputado Dr. Rosinha, esse problema de terra arrasada está encontrando um terreno fértil em quase todos os municípios do Paraná. É uma lástima, que Prefeitos no final do mandato procurem deteriorar as condições das Prefeituras para repassar um município falido, arrebitado e estourado para aqueles que irão sucedê-los.

Desta forma, essa Comissão que V.Exa. está propondo, é uma Comissão importante, para que nós possamos fazer uma radiografia nos municípios do nosso Estado. Para nós podemos, inclusive, Deputado Rosinha, levantarmos aqueles Prefeitos mal intencionados, aqueles que usaram indevidamente o dinheiro do povo, dos seus municípios, para outras áreas a não ser o interesse da sua comunidade.

Fazer uma radiografia, caso por caso, para nós temos aqui o conhecimento dos homens sérios que governam as cidades do interior do Paraná. Mas, também conhecemos aqueles que não tiveram a seriedade necessária para conduzir com firmeza e com competência os municípios que compõem o nosso Estado.

Parabenizo V.Exa. e me como também as preocupações que V.Exa. está anotando, hoje, aqui nesta Assembléia.

O SR. FLORISVALDO FIER - Agradeço a intervenção de V.Exa., darei aparte no momento seguinte Deputado, porque quero apresentar mais algumas questões que acredito que servirá até de subsídio para a intervenção.

Senhores Deputados, em março de 1996, este ano, a Administração Municipal de Toledo, ouçam o que essa administração teve a capacidade de fazer, lançou a campanha, "ADOTE UM CONTRIBUINTE". O que é essa campanha? É o servidor público sair pela cidade "caçando" todos aqueles que devem para a Prefeitura e ele servidor vai lá e ajoelha, provavelmente, aos pés daquele que deve e diz o seguinte: "Por favor, pague o IPTU atrasado, pague o ISS atrasado, que o senhor pagando, é o meu salário". Era um funcionário adotar um contribuinte. E aí é lógico, tem funcionários que têm algumas informações privilegiadas que é a informação, aquele que trabalha no setor de cobrança, sabe quem está em dia e quem não está. Esse funcionário não tem o seu pagamento atrasado porque ele conseguiu um "pai" contribuinte para ele, e ele é um filho adotado no serviço público, a serviço provavelmente de quem deveria ser da sociedade, daquele pai contribuinte.

Essa campanha, que é para saudar, inclusive, some-se a essa, a questão da dívida ativa, encerra-se amanhã. Na frente da Prefeitura, as informações que tenho, é que ficam 10 ou 15 funcionários o dia todo esperando alguém que vai entrar para pagar, que daí ele já é agarrado pela mão e pelo braço, para dizer: "Por favor, pague e diz que é para mim, para eu receber o pagamento". Essa é a situação de humilhação em que foram colocados os servidores daquele município.

Isso, Senhores Deputados, foi feito igual, foi contado para mim, na Prefeitura de Morretes com o Prefeito Júlio César Salomon, aquele um que esta Casa votou a intervenção no Município. Ele fez a mesma coisa. Que pena que não há um pedido de intervenção na Prefeitura de Toledo senão daria para também fazer uma boa discussão sobre o papel daquela administração pública. O servidor também não teve repassado para ele a caixa da Previdência. Eles têm uma caixa de atendimento à saúde que o Município desconta do salário do servidor e que agora, ou por não pagar, ou quando paga faz o desconto e não repassa a caixa de previdência. Significa que estes servidores além de não ter onde comer agora é negado o seu atendimento na área de saúde, porque não há mais

o repasse para a caixa e a caixa não paga os servidores. A informação que eu tenho é que só esta dívida chega em cerca de vinte milhões de reais.

Chamo a atenção e eu tenho os documentos em mãos, que enquanto não tem dinheiro para pagar servidor, o Fundo Municipal de Saúde pagou indevidamente o Diretor da 8ª Regional de Saúde, Senhor Lúcio Renato Leitão. Ele recebeu sem trabalhar no Fundo Municipal de Saúde, situação esta que está sendo discutida agora no Conselho Estadual de Saúde por recurso enviado àquele Conselho pelo Sindisaúde e pelo nosso mandato, uma vez que o Conselho Municipal de Toledo sendo maioria na administração, contrariando o parecer da Comissão daquele Conselho resolver arquivar aquela denúncia de uso indevido de verbas do Fundo Municipal de Saúde.

O Sr. Irineu Colombo (Aparte) - Deputado Rosinha, a solução que foi encontrada para o Município de Morretes, acho que de alguma forma pode ser usada para achar a solução porque neste momento além de uma denúncia contundente que V.Exa. traz, nós deveremos apresentar até como alento aos servidores públicos de Toledo, uma possibilidade de saída, ainda mais que estamos nos aproximando do final do mandato do Prefeito e obviamente que ele querará lavar as mãos deixando até um compromisso terrível para o próximo administrador. Mas ele pode aproveitar inclusive o sincronismo que há com o Governo do Estado e requerer uma ajuda emergencial para o pagamento dos servidores. Isso pode ser feito, e dou a sugestão, com acompanhamento do Prefeito eleito, de V.Exa., do Deputado Duílio Genari que é de Toledo e eu acho que tem interesse na solução deste problema, fazer uma pressão junto ao Governo do Estado, que obviamente o compromisso senão com o Município mas tem o compromisso político de ajudar aquele que sempre tem ajudado com os convênios e aí quem sabe repassar um recurso porque se não for feito um apelo emergencial e forte junto ao Governo do Estado, para que socorra estes servidores, venho a temer que o Natal será extremamente infeliz para estes servidores públicos, porque vai se enrolando até deixar para a próxima administração. Então, V.Exa. está com tarefa não tão fácil de tentar viabilizar uma solução. Podemos até conchamar ao Presidente da Casa Aníbal Khury que nas mesmas condições que foi socorrido o Município de Morretes muito especialmente o salário dos professores daquele Município e V.Exa. participou do processo, que seja também dada uma solução imediata urgente, antes de Dezembro para os servidores públicos de Toledo.

O SR. DR. ROSINHA - A gestão que foi feita hoje, junto à Casa Civil, que estamos inclusive aguardando a resposta ainda até o final da tarde de hoje, foi neste sentido. Por isso é que a gente pede o apoio a todos os Senhores Deputados para a formação desta comissão. Só o líder do PDT, Valdir Rossoni, depois na sequência, o Deputado Duílio Genari. Estou Pela Ordem, de quem solicitou os apartes.

O Sr. Valdir Rossoni (Aparte) - Deputado Rosinha, eu só gostaria, aqui, de tecer alguns comentários sobre esta questão.

Nós temos conhecimento da situação da Prefeitura de Toledo, e é de conhecimento do Governo do Estado, de todo Governo. Mas nós não podemos negar, e quero deixar aqui como depoimento, que é praticamente uma situação de insolvência de todas as prefeituras brasileiras. Claro, que algumas com mais intensidade e mais gravidade.

O que nós, neste momento, devemos refletir aqui, é de que precisa-se fazer um movimento grande a nível de Brasil. Ou se socorrem as prefeituras, ou nós estaremos

à beira do caos. Porque quem hoje faz com que esse Brasil funcione são as prefeituras. E nós temos conhecimento que mais de 90% das prefeituras brasileiras estão em situação difícil de pagar salário, de pagar 13º.

É claro, que a situação de Toledo é mais grave, mas quero aqui dar um depoimento, e V.Exa., acredito, que concorde comigo. O Prefeito Albino Corazza, quando passou por esta Casa, se caracterizou por sua seriedade. Não acredito de jeito nenhum, de que o Prefeito Albino Corazza esteja fazendo isso de propósito. Ele também está encontrando todas as dificuldades. Pelo passado do Prefeito Albino Corazza, pelo o que ele representou aqui dentro desta Casa, acredito que hoje, nós poderíamos marcar o dia do levante dos Deputados, em favor de uma melhor arrecadação, de uma melhor distribuição de recursos que atinjam as prefeituras. Porque senão, esta situação em que vivemos hoje vai se agravar ainda mais até o final do ano.

A partir do ano que vem, quando os novos prefeitos estiverem assumindo as novas prefeituras, estarão assumindo massas falidas, sem condições de serem recuperadas. Por que está acontecendo isso? Está acontecendo isso, porque a distribuição de recursos públicos, hoje, não está contemplando principalmente as pequenas prefeituras brasileiras.

Queria deixar este requerimento para ressaltar a seriedade com que o Prefeito Albino Corazza passou por esta Casa, e deixou aqui uma marca, de pronunciamentos, de posições, de homem público, que deve se respeitar. E não acredito que esta situação seja pela vontade do Prefeito Albino Corazza, mas sim pela situação que se encontra todas as prefeituras brasileiras.

O SR. DUÍLIO GENARI - Quero cumprimentar o Deputado Rosinha por esta iniciativa. E quero cumprimentar também os amigos, os funcionários, professores de Toledo, que estão sendo humilhados pelo Prefeito Corazza há muito tempo.

Fiquei muito feliz, quando ouvi o Deputado Rosinha, quando esteve na Casa Civil, e a Casa Civil, através do seu secretário confirmou e reafirmou, que os convênios, que os recursos proporcionalmente, foram sempre mais para Toledo, que para os outros municípios.

Isso acompanhei, quase que diariamente a liberação dos recursos. Embora, ele chegasse em Toledo e dissesse que eu estava, aqui, segurando os recursos para o Município de Toledo.

Quero cumprimentar Vossa Excelência, e dizer que sou suspeito em falar de Albino Corazza. Todos sabem das nossas divergências políticas. Quero dizer o seguinte: aquilo que Vossa Excelência relatou, de fato é verdade. A humilhação maior que já se viu, foi na sexta-feira, quando passei na frente da prefeitura, quando alguns amigos estavam lá, para pagar os seus impostos, e quando Vossa Excelência bem disse, pessoas mais bem informadas estavam na porta da prefeitura aguardando aquele contribuinte para receber o talão, enfim aquele aviso de débito para que ele conseguisse receber o seu salário.

Quero cumprimentar a Vossa Excelência e dar os parabéns, e que fique de uma vez por todas que lá em Toledo o próprio Corazza, aqueles que acompanham o Prefeito, ainda hoje, andaram se queixando que o Governador Jaime Lerner não está liberando os recursos necessários. Isso não é verdade, o Governador Jaime Lerner teve um carinho muito especial para com o povo de Toledo, de modo especial com o Município de Toledo.

O SR. FLORISVALDO FIER - Agradeço o Aparte dos Senhores Deputados e para concluir, quero fazer um pedido à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, de enviar um Ofício ao Presidente do Tribunal de Contas,

solicitando uma auditoria na administração pública de Toledo, para que possamos constatar como foi usado esse dinheiro, e isso só é possível através de auditoria.

Então faço um pedido desta tribuna ao Presidente desta Casa, para enviar esse Ofício ao Tribunal de Contas, solicitando auditoria na Prefeitura Municipal de Toledo. E se o Presidente me conceder 1 ou 2 minutos, gostaria de dar um Aparte ao Deputado Emerson Nerone.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo 2 minutos para Aparte ao Deputado Emerson Nerone.

O Sr. Emerson Nerone (Aparte) - Deputado Rosinha, Senhores Deputados, Estudantes, Pessoal de Toledo, Professores que se encontram presentes aqui hoje.

Gostaria apenas de dar alguns números para ajudar nessa discussão, com relação ao não pagamento da Folha de Funcionários da Prefeitura de Toledo. Gostaria de passar essa informação ao Presidente da APP, Professor Romeo, essa informação interessante. Dos 2,8 bilhões de reais previstos para pagamento de funcionários do Estado do Paraná no Orçamento de 1997, 980 milhões serão usados para pagamentos de inativos. Isso quer dizer que o ano que vem o governo vai gastar próximo dos 65% do seu Orçamento em Folha de Pagamento, contudo, 980 milhões dele são para pagamento de inativos. Isso se dá justamente porque não há um fundo previdenciário, porque o Governo não cumpre uma exigência legal, que seja depositado no fundo de previdência, de forma que quando chegar a aposentadoria do Servidor ele saia da Folha de Pagamento, ele saia do cômputo dos gastos com pessoal do Estado e vai para o cômputo do pagamento, não o fundo previdenciário.

Tivemos agora há poucos dias a informação de que parte do fundo previdenciário do Estado se deu para pagamento da FERROESTE, 28 milhões de dólares foi para pagamento da FERROESTE, e hoje o Governo quer terceirizar a FERROESTE a preço de 25 milhões de reais. E todo o fundo previdenciário que historicamente era recolhido nos Governos anteriores, foi aos poucos se consumindo nos gastos interno do Governo.

A Cidade de Toledo hoje vive uma situação parecida com essa. A não composição de um fundo previdenciário faz com que a Folha de Pagamento de Toledo inche, e inchando não será possível pagamento.

Mas Deputado Rosinha, o que quero ressaltar com isso é o seguinte, esse não é um problema do Servidor, esse não poderá arcar, de forma alguma, com a incompetência administrativa daqueles que Governam a cidade. O Servidor que trabalha, o Servidor que se faz presente no dia-a-dia, o Professor, o Gari e todas as funções administrativas, não podem de forma alguma serem penalizadas pelo não cumprimento das normas e pelo não planejamento estratégico do desenvolvimento de uma cidade.

Queria ressaltar com isso que é necessário que junto com as discussões que temos nos nossos municípios, possamos forçar os Governos municipais que optaram pelo regime estatutário de criar os fundos previdenciários sob a pena de que nos futuros Governos seja impraticado o pagamento, porque daqui uns dias, assim como no Estado do Paraná o valor dos inativos será maior do que a Folha de Pagamento da Ativa.

Muito obrigado!

O SR. FLORISVALDO FIER - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência, Senhor Presidente, Senhores Deputados, solicito o apoio ao nosso requerimento pela constituição dessa comissão e esperamos uma parcela de contribuição de cada um de nós para que os servidores municipais, não só de Toledo, mas de todos aqueles municípios que estão em dificuldade faça com que esses servidores não tenham um final de ano infeliz, mas que

pelo menos, recebendo os seus salários consiga ter na sua mesa comida, para passar um final de ano no mínimo decente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Licenças: Concedo a palavra ao PDT (Declina).

Concedo a palavra ao PT. Com a palavra Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, professores, lideranças de entidades representativas aos Professores do Paraná, estudantes, lideranças estudantis aqui presentes, é uma honra para todos nós recebermos nesta Casa neste dia de hoje.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vive um momento importante por iniciativa de alguns Deputados com relação a reforma de ensino de 2º grau a ser implantada pelo Governo Jaime Lerner em todo o Paraná.

O objetivo da comissão de educação, a qual tenho a honra de presidir, dos deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores e outros deputados, não foi nunca, em nenhum momento, fazer um jogo de força com relação a reforma do ensino médio, porque todos queremos e sabemos da necessidade de que reforma do ensino do 2º grau sejam implantados tal, a situação difícil que atravessa o ensino de 2º grau no Paraná. Apenas não aceitamos o método da implantação do chamado PROEM pelo Executivo na medida em que esse programa não passou por uma ampla discussão com a sociedade paranaense, com os sindicatos, entidades patronais e trabalhadores, associações de estudantes, professores, diretores; não passou também por nenhuma discussão e nenhum parecer formal do Conselho Estadual de Educação que está habilitado para exercer a sua função em qualquer tipo de reforma que aconteça no ensino a nível de Estado, e muito menos passou por essa Assembléia Legislativa. Passa essa discussão pela Assembléia apenas pelo fato de que o Deputado Luiz Claudio Romaneli apresentou um Projeto Decreto Legislativo suspendendo um ato normativo do Secretário de Estado, senão ficaríamos apenas assistindo a essa reforma de grande profundidade, que segundo a vontade do Executivo vai ocorrer no Paraná.

As questões que levantamos são principalmente com relação ao método que essa reforma foi implantada. Não podemos aceitar sem que haja essa discussão, que se implante uma reforma no ensino de 2º grau, mesmo antes de ser votado a lei de diretrizes e bases da educação, e antes de ser votado uma lei Federal do ensino profissionalizante. Sendo implantado o PROEM como que o Executivo o ano que vem teremos dois sistemas de ensino de 2º grau no Paraná, o sistema ofertado pela escola particular e pela escola Federal, porque essas escolas vão poder continuar com seus cursos profissionalizantes de Magistério e Contabilidade, e outros que existam; e o sistema da rede pública estadual, que poderá ofertar apenas e tão somente os cursos de educação geral. Discordamos desse método do Governo, e por isso nos opusemos frontalmente a essa reforma, tentamos durante um longo período de tempo congregar e reunir os principais órgãos representativos da educação no Paraná, fizemos várias reuniões, convocamos o Secretário Ramiro para discutir com a comissão de educação; fizemos depois uma nova reunião com: a APP sindicato, com Associação Nacional docentes do Ensino Superior, com representantes de entidades estudantis, com representantes do conselho estadual da Educação das Universidades Paranaenses, da Universidade Federal do Paraná e instituímos uma comissão que exarou parecer com extrema profundidade sobre a problemática do Segundo

Grau do Paraná. Em função disso, é que estamos negociando com os deputados da situação, e ontem esses deputados, após reunião com o Secretário de Educação apresentaram uma moção, para ser votada por essa Casa de Leis, dirigida ao Poder Executivo, e achamos que essa moção também não resolvia o problema, porque tratava-se em síntese, de deixar a vontade os diretores de escolas a adesão ou não ao programa. No entanto, reza essa moção que apenas os estabelecimentos que aderirem ao PROEM receberão os recursos relativos ao programa. É evidente, que uma proposta dessas vai fazer com que praticamente todas as escolas pressionadas, resolvam aderir ao programa e não é isso o que nos interessa.

O que nos interessa, repito, é estabelecer um amplo processo democrático de discussão com toda a sociedade, para saber o que é melhor para o ensino de 2º grau.

Por isso mesmo, é que assinamos juntos com o Deputado Luiz Claudio Romanelli o projeto Decreto Legislativo que suspende a medida do Executivo. Aprovado esse projeto, teremos a seguinte situação para esclarecer ao plenário: todas as escolas do Paraná, continuarão, ou seja, cursos profissionalizantes como acontece nos dias de hoje, e teremos um período de um ano para discutir com profundidade a Reforma do Ensino Médio do Paraná, para que possamos finalmente de forma democrática realizar essa Reforma.

No entanto, conversando comigo há pouco o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, Deputado Luiz Claudio Romanelli, parece que está surgindo nesse Plenário a possibilidade de um acordo, em que o Secretário do Estado Ramiro baixaria uma nova portaria, suspendendo a portaria anterior, permitindo então, que as escolas do Paraná continuassem ofertando as matrículas do ensino Profissionalizante, imediatamente os deputados dessa Assembléia entrariam com um projeto de lei, submetendo ao processo de debate amplo e democrático, para sabermos então a Reforma a ser implantada.

Acho que foi de extrema importância a mobilização dos senhores estudantes, dos professores e também a sensibilidade dos deputados dessa Assembléia e esperamos que nessa reunião, com a presença de todos os senhores possamos chegar a um acordo, que ponha fim a esse ato apressado do Executivo e possamos pensar democraticamente em Reforma do Ensino Médio do Paraná.

Muito obrigado.

Só queria destacar a presença de estudantes e professores dos seguintes municípios do Paraná nessa tarde na Assembléia. O Município de Londrina, Curitiba, Região Metropolitana, Castro, Carambel, União da Vitória, Guarapuava, Telêmaco Borba, Cascavel, Maringá, Toledo, também representantes do Conselho Estadual de Educação, da CUT do Paraná, da APP, entidades Estudantis, membros de várias outras entidades representativas dos trabalhadores no nosso Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana no Horário das Lideranças.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares,

Nesse momento quero cumprimentar esta Casa pela busca que está procurando a questão do ensino profissionalizante; quero cumprimentar os estudantes, os professores, integrantes da sociedade que comparecem a esta Casa se fazendo presente na defesa de seus direitos. Isso é fundamental e me permite uma compreensão

são de, nesse dia que deveríamos exclusivamente tratar deste assunto que faz parte da pauta, vir aqui para lamentar o ocorrido ontem no julgamento do TRE. A cassação da diplomação do Senador Roberto Requião numa sessão do Tribunal Regional Eleitoral. A cassação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, meus jovens estudantes, de dois milhões e trezentos mil votos de paranaenses que colocaram o Senador Roberto Requião para representar-nos no Senado. Esta Casa, numa demonstração de grandeza dos seus membros, e não esperava de outra forma, suprapartidariamente subscreveram essa moção de apoio que irei encaminhar a Vossa Excelência, para que se transforme, se possível, numa manifestação unânime da Assembléia Legislativa, lamentando o fato de que, não tenhamos ainda nos acostumados com os primórdios da democracia, do respeito da vontade popular. Olha, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é momento para entrarmos na grande discussão desse assunto, até porque, indiscutivelmente, após a publicação do acórdão do julgamento do TRE imediatamente haverá um recurso no Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral tem efeito suspensivo nesse recurso. Portanto, não há o que se falar em perda de mandato de nenhum paranaense, principalmente do Senador Roberto Requião. Mas de lamentar, lamentar, Senhores, de que, em pouco mais de uma hora se julgue um processo que, só a peça do relator tem mais de setenta folhas. Qualquer Tribunal de Júri, qualquer ato julgado no Tribunal que fica aqui nessa praça, pelo direito de defesa e pela parte de acusação, entra madrugada a dentro. No entanto, aqui nos julgamos de um Senador respaldado por mais de dois milhões e trezentos mil votos em pouco mais de uma hora cassando o seu mandato como se isso nada representasse ao seu Estado do Paraná. Cassando como? Me permito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer aqui do parecer dado pelo Procurador do Tribunal Regional Eleitoral, quando da análise desse processo, começando claramente dos recursos contra a diplomação e o seu mérito: "Quanto ao mérito, opina-se no sentido de ser julgado improcedente o chamado recurso contra a diplomação". Nós que acostumamos a ver julgamentos na justiça Deputado José Maria, qual é o papel do Ministério Público? Qual é o papel do Procurador, meus jovens estudantes? É fazer a defesa da sociedade sempre que necessário e, quando há provas concretas oferecendo a denúncia contra a pessoa que tenha extrapolado qualquer direito garantido em lei.

Pois bem, o que diz o Ministério Público nessa peça? "Quanto ao mérito, opina-se no sentido de ser julgado improcedente o chamado recurso contra a diplomação" vem no seu relatório que é importante ser conhecido dizendo que:

Dos inúmeros fatos alegados pelo autor, percebe-se que a grande maioria deles ocorreu nos anos de 1991, 1992 e 1993, nos quais Roberto Requião coincidia com o ano de campanha eleitoral de senador. Refere-se o autor ao envio do programa de governo de Requião, denominado "Há um outro Caminho" para a classe política (Governadores, Deputados, Prefeitos, Vereadores e Convenções do PMDB).

Os Senhores devem estar lembrados que, no instante em que se falava nessa globalização da economia, nesse entreguismo desmedido, com que nós vivemos hoje a nossa Nação, da desnacionalização das nossas empresas públicas; era ainda governo do Senhor Collor de Mello. Senador Requião Governador na época fez um estudo, chamando este estudo de: "Há um outro caminho?". E nesse "Há um outro caminho", chamava pela nacionalidade do cidadão brasileiro pelo respeito a nossas instituições, pelas lutas das nossas empresas públicas que foram criadas e construídas ao custo de quantas e quantas gerações pois esse "Há um novo caminho"

Deputado Vanhoni, foi mandado a todos os Senadores do Brasil. A todos os Deputados Federais, a todos os Deputados Estaduais supra-partidariamente. Portanto não caracterizando sobre hipótese alguma vantagem política eleitoral, até mesmo porque as Convenções Partidárias não haviam acontecido e ninguém era candidato a coisa nenhuma. Pois bem, cassa-se o Mandato do Senador Roberto Requião. Cala-se a voz de um Senador eleito no Paraná por 2.300.000 paranaenses. É exatamente, esta concepção, clara, que os companheiros Parlamentares apoiam e assinam também, supra-partidariamente, numa demonstração de grandeza desta Casa no seguinte teor: os Deputados que a presente subscrevem, tendo em vista o julgamento do Tribunal Eleitoral, dando provimento ao Recurso contra Diplomação do Senador Roberto Requião, vem expressar solidariedade ao Senador, também como lembrar aos acusadores que o processo democrático impõe respeito a posição do eleitor e no caso concreto foram 2.301.209 razões que não foram apreciadas.

Concedo o aparte ao Deputado Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Deputado Caíto Quintana, eu surpreendido ontem, era por volta de 23:30 da noite, vi no jornal local a notícia da cassação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, do Senador Roberto Requião. Hoje pela manhã, tentei encontrar e falar com o Senador Roberto Requião mas não foi possível, mais tão logo eu pude, telefonei ao Presidente do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores, e liguei para o Vereador Jorge S., solicitei ao Vereador Jorge S. que enquanto Presidente do Partido do Estado do Paraná, entrasse em contato com a Executiva Estadual do nosso Partido e na minha opinião, manifesta-se em nome do PT a solidariedade do PMDB, ao povo do Paraná e ao Senador Roberto Requião. No meu entendimento esta deve ser a decisão tomada pelo Tribunal Regional eleitoral. Acho que ela tem que ser circunscrita em função de um grave tencionamento existente entre o Poder Judiciário, que é notório e público de todos os paranaenses, entre o então Governador Roberto Requião e o Poder Judiciário. Não cabe a nós discutir o mérito de disputa no passado, que aconteceu entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Mas eu só posso entender que esta decisão tomada pelos Desembargadores pelos Juizes que formam o colegiado do Tribunal Regional Eleitoral, eu só posso entender, porque pelas notícias que tenho; não tenho conhecimento dos Autos por completo. Mas pelas notícias que tenho, das questões de méritos ali julgadas, não são cabíveis para a cassação de um mandato popular e de uma das grandes vozes da oposição no Estado do Paraná. Quero em meu nome pessoal, porque não posso falar em nome do meu Partido o Presidente do meu Partido o Vereador Jorge S. deverá fazê-lo publicamente, depois de discutir com a nossa estância que é a Executiva. Mas sem meu nome pessoal quero que o senhor transmita ao Senador a nossa solidariedade, o reconhecimento, que o seu mandato é um mandato legítimo, conquistado nas urnas. Foi o Senador que teve o maior número de votos da história do Paraná, e no nosso entendimento, tenho certeza, o Tribunal Superior Eleitoral, restabelecerá o equilíbrio entre os Poderes e entre as decisões aqui no Tribunal Regional e no Poder Judiciário do nosso Estado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço e incorporo o seu aparte, a meu pronunciamento. Concedo o aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Caíto Quintana, inicialmente, quero me somar a Vossa Excelência, Deputado Vanhoni, bem como também a todos os Parlamentares que subscrevem este requerimento, esta moção que

Vossa Excelência apresentará ao Presidente Anibal Khury que preside a sessão de hoje. Sem sombra de dúvida o maior julgamento que poderia ter sido submetido o ex-Governador Roberto Requião foi no dia 3 de outubro de 1994, quando ele colocou seu nome à apreciação dos eleitores do Estado do Paraná e obteve, como registrou V. Exa., mais de 2 milhões e 200 mil votos favoráveis às ações enquanto Governador do Estado. Se nós tivermos que cassar algum governante, algum parlamentar por ter mandado uma correspondência ou mais, emitindo a sua opinião, a ter falado, de repente, num programa de tevê, de ter, de repente, ter se deslocado com um veículo público no exercício do seu cargo, certamente a maioria dos prefeitos, governadores e até mesmo o Presidente da República teria uma sanção como esta.

Tive oportunidade de ler partes deste Parecer do Procurador Alcides Munhoz e ele deixa muito claro que em nenhum momento se configura abuso de poder econômico em benefício da candidatura ao Senado que pretende se cassar, através da cassação da diplomação do Senador. Portanto, entendo que o maior julgamento que podia se fazer, a respeito dos atos praticados ou não praticados por Roberto Requião à frente do Governo do Estado, esse julgamento houve e foi amplamente favorável com mais de 2 milhões e 300 votos a Roberto Requião em 3/10 de 94.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte. Voltaremos ao assunto amanhã, hoje estamos tratando, superficialmente, apenas para não deixar faltar a oportunidade e em respeito a vocês - jovens estudantes, professores que aqui estão ansiosos por ver o julgamento daquilo que lhes interessa. Recebam, também, a solidariedade da Bancada do PMDB, que esteve ativa na defesa intransigente dos cursos profissionalizantes. E saibam de uma coisa: não permitam através de suas lutas que também se casse o direito de que a escola pública continue a matricular alunos para os cursos que tiver em suas cidades, principalmente antes e após - 2º Grau, nem sequer - aprovado - ainda está em nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (ANIBAL KHURY) - PTB com a palavra. Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Certamente que muitos companheiros aqui, hoje, já foram vereadores, prefeitos, líderes em seus municípios, especialmente o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, quanta, mas quanta dificuldade de levarmos uma escola profissionalizante aos nossos municípios. Quanta dificuldade de levarmos a escola Normal. É uma luta tremenda. Eu lutei durante meses, para levar a Escola Normal para Mandrituba. Antes era a Regional, tinha o Logus e aí veio a Escola Normal. Certamente que o Governo está estudando formas que não vão prejudicar, sobremaneira, todo esse trabalho de tantos anos nos municípios com implantação da Escola de 2º Grau. Tenho a certeza disso. Mas como Deputado que fui eleito pelo povo e vejo aqui o povo nas galerias dizendo não ao PROEM, como Deputado do PTB, também digo Não ao PROEM! Mas confio na liderança desta Casa, na Liderança dos Deputados aliados, do Líder do Governo, do Líder do PTB que hão de chegar a um consenso. Porque não só eu sou de origem do povo, são todos os 54 Deputados, aqui, nesta Casa.

Amigos, eu já declarei minha posição. Gostaria de ter a liberdade porque a tenho, porque o PTB me liberou para votar livremente comandado pelo Presidente Deputado Anibal Khury, e pelos outros meus companheiros do Partido. Eu também queria aproveitar neste dia, que parece que ontem a noite tanta gente ficou triste,

Caíto Quintana, quanta gente deve ter chorado,

quando ouviu na televisão, no rádio, a cassação de um dos maiores Líderes e legítimo Líder Popular, que é o Senador Roberto Requião.

Mas hoje, passadas algumas horas, eu estou feliz. O povo do Paraná está feliz e muitos já estão dizendo: mas esse Requião tem uma sorte desgraçada. Porque hoje as pesquisas já dizem isso. Ontem, anteontem dizia que o Requião não poderia ser Governador, porque ele foi um Governador que espantou a Casa. A maior parte dos empresários e de outros segmentos não ajudariam o Requião com dinheiro, para que ele fosse eleito novamente Governador.

Hoje, o Requião realmente nasceu com aquela estrela!

Pessuti! O homem tem uma sorte desgraçada, porque hoje não tenho mais dúvida de que Requião será o futuro Governador do Paraná em 1998.

O povo sabe perfeitamente!

Agora, eu quero terminar as minhas palavras com todo respeito ao Judiciário, porque não é o Judiciário que tem culpa não.

Tavares, você que é um homem de Leis, O Judiciário não tem culpa. A culpa é dos demagogos Deputados Federais de Brasília.

Vejam o caso de Toti Colaço. Uma medida, uma liminar, dá direito do povo ir à urna votar. E depois uma decisão tira o direito do povo, e o Toti não é Prefeito de Itati.

Culpa dos Deputados Federais que não trazem um alinhamento, um aperfeiçoamento da Legislação Eleitoral. Porque o Requião não foi cassado por corrupção não, desculpe-me o Mário Pereira que deu essa entrevista infeliz. O Requião foi meramente afastado por um processo político eleitoral. Quando na verdade, eu que já fui Prefeito, o crime que o Requião praticou na sua função de usar o telefone, de viajar, pergunto eu: Qual o Senador que ficaria hoje em Brasília, se todos fossem denunciados como Requião ficou. O Senado estaria certamente vazio. Pois todos seriam cassados. Porque todos os Senadores usam as prerrogativas que o Prefeito usa, que o Governador usa, e tem que usar. Como nós aqui Deputados. Vamos impedir que o Jaime Lerner vá em Londrina, ou vá em Cascavel, em qualquer cidade, porque ele tem obrigação sim, de ajudar os seus companheiros politicamente. Vamos exigir que vá de carro, que vá de ônibus. Não! Ele sim pode ir no avião do Estado. E nós somos os verdadeiros fiscais aqui do Governo do Estado.

Nós, fiscalizamos o Governo Requião e nunca deixamos alguma coisa contra a honestidade, a sua moralidade com o zelo do erário público. Por isso que nós Edson Lino, fiscalizamos direito sim. Agora, a parte eleitoral é uma besteira, é uma aberração da Câmara Federal que tem que mudar.

Não quero culpar os juizes não. Porque os juizes devem ter certamente julgado através de documentos, mas documentos eleitorais, não administrativos. Terminei minha palavra dizendo: Não aceito que ninguém prova o contrário. Porque Requião foi realmente um Governador honesto, como todos os Governadores do Paraná, graças a Deus têm sido honestos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de

autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 432/96, de autoria do Poder Executivo. Mensagem nº 74/96, que altera a redação da Lei Complementar nº 076, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Apreciar neste turno emendas da C.C.J.. Aprovada em 2ª Discussão. 2ª discussão.

Em votação a Emenda aprovada em 2ª Discussão.

O SR. FLORISVALDO FIER (Para encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estamos votando o Projeto de Lei sobre a questão das concessões dos serviços públicos, mais especificamente sobre a concessão do uso da Ferroeste. Num debate que teve aqui na Assembléia Legislativa, mais precisamente no Gabinete da Presidência desta Casa, o Presidente da Ferroeste, o Sr. Osires Guimarães, disse algumas coisas importantes, uma delas que a Ferroeste vinha com trinta anos de atraso que deveria ter sido já construída há muito mais tempo.

A segunda questão que ele disse, que todas as estatais são lucrativas, desde que bem administradas, ele disse isso em cima da experiência de ter administrado a Rede Ferroviária Federal.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados e para quem visita hoje a Assembléia Legislativa, o Estado do Paraná investiu cerca de trezentos e setenta milhões de reais na construção da FERROESTE, quero lembrar que desses trezentos e setenta, vinte e oito milhões são oriundos do Fundo de Previdência do Servidor Público do Estado do Paraná. Há ainda no orçamento que vamos votar para o ano que vem o investimento de trinta e quatro milhões e quatrocentos mil reais.

E agora vamos votar aqui, hoje a entrega da FERROESTE ao setor privado. Entrega essa através de leilão nem é através de concorrência pública.

Leilão, porque alega o Governo que fará com que não tenha recursos nem administrativo nem jurídico. Dá-se o leilão, bate-se o martelo, encerra-se o assunto sobre qualquer demanda, ou seja, qualquer suspeita de irregularidade, não terá nem como ser investigada uma vez que batido, o leilão está encerrado.

Disse, o Sr. Osires Guimarães que um dos complicadores para que o Estado mantenha a Ferroeste ou para aquele que vier a comprar a Ferroeste, o direito de uso por 30 anos, será um investimento de 116 milhões na compra de vagões e locomotivas. Bem, vamos ver por quanto que vai ser feito esse leilão, que será a ferrovia usada por trinta anos, quando uma Lei Estadual diz que pode ser por 25 anos. Também ela é colocada a leilão por um montante de vinte e cinco milhões de reais. O in-

vestimento necessário são cento e dezoito milhões. O aluguel será pago ao Governo do Estado, sessenta e nove milhões por mês durante 30 anos. Tudo isso significa que a empresa que ganhar o leilão terá o despêndio de no máximo 178 milhões de dólares ou reais. A capacidade de transporte desta empresa será da ordem máxima de 4,8 milhões de toneladas. Vamos supor que adquira esta capacidade e depois de 10 anos portanto nós vamos levar em consideração os 10 primeiros anos quando nós já sabemos que este ano já ocorreu o transporte de mais de 200 toneladas. A Rede Ferroviária Federal cobra 14,4 dólares ou reais por tonelada, se esta ferrovia transportar 4,8 milhões de toneladas em 10 dólares a tonelada por durante 20 anos receberá esta empresa 960 milhões, ou seja, um bilhão de reais, quando terá uma despesa máxima de 170 milhões. E eu estou colocando 10 dólares a tonelada deixando 3 dólares ainda de lambuja para a manutenção da rede e para pagamento da infraestrutura. Portanto, o que esta fazendo o Governo do Estado numa conta matemática muito simples, é entregando o patrimônio público ao setor privado para que este busque toda a lucratividade que ele deseje.

Agora na questão ideológica. Porque foi construída esta rede ferroviária, a FERROESTE? Esta rede foi construída objetivando o desenvolvimento estratégico daquela Região. Desenvolvimento este que pode ser mais ou menos estimulado se o Governo segurar sob as suas ordens o transporte naquela Região, ele pode estimular mais ou menos subsidiando mais ou menos a produção, o escoamento da produção daquela Região. O que nós estamos dizendo é que toda a estratégia desenvolvimentista que originou a FERROESTE está sendo entregue ao setor privado. Se tiver qualquer objetivo de controle do preço tarifário de tonelage transportada, isso também vai por água abaixo porque caso a empresa seja a mesma a adquirir a Ferroeste e a malha sul da rede vai monopolizar dentro da própria rede os valores tarifários por tonelage não servindo aí para agregar valores para contribuir com o desenvolvimento daquela região ou para agregar valores para os pequenos produtores daquela região. Por isso que a Bancada do PT vem votando contrário a este projeto desde a primeira votação. Por estas e outras razões também esta proposta governamental se soma ao que é hoje corrente ideologicamente ao Governo Federal, a ideologia do projeto neo-liberal de entregar toda e qualquer fonte de lucro ao setor privado e aquele que é prejuízo mesmo que privado ser absorvido pelo serviço público ou pelo Estado como os casos recentes de empresas bancárias que quando vão falir são subsidiadas pelo poder público. Por isso nos temos colocado contrários a este projeto e outros que deixei de falar nesta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 2ª Discussão da emenda e 3ª Discussão do Projeto. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Odete Ribaroli Gomes de Castro, da Escola Estadual Odete Ribaroli Gomes de Castro, com sede e foro no Município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar um Batalhão da Polícia Militar, sediado na cidade de Francisco Beltrão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Amigos das vilas Jardim São Fernando e Santa Mônica, com sede e foro nesta capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/96, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e ao Idoso, com sede e foro em São Manoel do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública o capítulo Curitiba nº 162 da Ordem Demolay, com sede e foro nesta capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/96, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual a AJADAVI - Associação Jacarezinhense de Reabilitação ao Deficiente Visual, com sede e foro no município de Jacarezinho, Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 262/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública o Lar-Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, com sede e foro na cidade de Paçandu. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 90, de 18.06.96)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 262/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que visa declarar de Utilidade Pública o Lar-Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, com sede e foro na cidade de Paçandu.

Analisando o aspecto legal, regimental, constitucional, constatamos que o mesmo foge do estabelecido pela regras de técnica processual legislativa.

Sendo assim, somos de parecer FAVORÁVEL na forma da Emenda Anexa.

Sala das Comissões, em 05.11.96.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 262/96

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública o Lar - Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, com sede no Município de Paçandu e foro na Comarca de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.06.96.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Professor José Darcy de Carvalho, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 90, de 18.06.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 263/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Professor José Darcy de Carvalho de Maringá.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 05.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/96, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Ângelo Vanhoni e outros, que susta com base na Constituição Estadual, a Resolução nº 4.056/96, da Secretaria de Estado do Paraná, pelos motivos que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica sustada em seu inteiro teor, com base no artigo 54, inciso XXVII, da Constituição Estadual, a Resolução nº 4.056/96 de 18 de outubro de 1996 da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.10.96.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
ÂNGELO VANHONI

Apoiamto: Nereu Moura, Péricles Mello, Carlos Simões e Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de impedir a extinção dos cursos profissionalizantes de 2º Grau ofertados pela Rede Pública Estadual de Ensino, através da criação do PROEM (Programa de Extensão e Melhoria do Ensino Médio do Paraná), o que geraria prejuízos irreversíveis para os educandos que optam por um curso de formação técnica através do livre processo de escolha ao terminarem o 1º Grau, a Assembléia Legislativa apresenta o presente Projeto de Decreto Legislativo em conformidade com o inciso XXVII, do artigo 54 da Constituição Estadual. O referido inciso trata da competência do Poder Legislativo, para sustar atos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa.

A resolução aqui atacada carece de embasamento e apoio, pois contraria a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que garante ao educando de 2º Grau acesso ao ensino profissionalizante. A própria manifestação do Conselho Estadual de Educação desaprovou a

implantação do PROEM na forma que a Secretaria de Estado da Educação instituiu-o.

Assim sendo, é urgente que a medida contida neste projeto de decreto legislativo seja amparada pelos membros deste Poder, favorecendo, com justiça e legalidade, os estudantes do Estado do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/96
PARECER:

O presente projeto de decreto legislativo de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Ângelo Vanhoni e outros, visa sustar, com base na Constituição Estadual, a Resolução nº 4.056/96 da Secretaria de Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/96
Autor: Exmo. Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli
PARECER:

I - Introdução - Esforço Histórico

O presente projeto de decreto legislativo encontra seu fundamento normativo na edição, por parte do Titular da Secretaria de Estado da Educação, da Resolução nº 4.056/96, primeiro ato normativo da implementação do PROEM - Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná, programa este que, originário de um empréstimo do Governo do Estado do Paraná junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor autorizado de US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) e contratado no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares), aprovado por esta Casa Legislativa pela Lei Estadual nº 11.217, de 07 de dezembro de 1995. Outrossim, a autorização para a conclusão do contrato de empréstimo acima descrito ainda não sofreu a constitucional aprovação pelo Senado Federal, ainda estando tramitando perante aquela Câmara Alta do Legislativo Brasileiro.

A título de intróito, necessário destacar que o acima nominado PROEM ainda carece de qualquer debate junto à sociedade civil do Paraná, especialmente dos organismos ligados a área de educação, e principalmente do órgão deliberativo da questão educacional do Paraná, o Conselho Estadual de Educação. Ou seja, toda a concepção do programa que, conforme se verificará depois, foi concebida "interna corporis" da Secretaria de Educação, consubstanciando uma verdadeira reforma educacional, com, inclusive, criação de um inédito nível de ensino do País, o pós-médio.

Ainda a título de introdução, é necessário destacar que o ato normativo anulado por via do decreto legislativo em análise ainda implica numa radical alteração da estrutura pedagógica, curricular e física do Sistema Estadual de Ensino Médio: o cancelamento das matrículas nos cursos técnico-profissionalizantes, inclusive do Magistério, e a implementação, ainda indefinida, de uma "especialização" profissionalizante denominada "Ensino Pós-Médio". Ocorre que este sistema só será aplicado para as escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, ficando a rede privada de ensino com a possibilidade de oferecer, nos mesmos moldes atuais, o ensino de 2º grau profissionalizante.

II - Da Constitucionalidade do Projeto

O projeto de decreto legislativo ora em exame encontra seu principal fundamento no inciso XXVII do artigo 54 da Constituição Estadual, conforme noticia o próprio artigo 1º do projeto ora em exame. Tal dispositivo estatui, "litteris":

"Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:...

I - (—)

XXVII - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;"

E neste caso, face a disposição do § 3º do artigo 122 do Regimento Interno, "litteris":

"Art. 122 - A Assembléia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

(—)

§ 3º - Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de competência exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de resolução tais como:"

Assim, face mera interpretação literal dos dispositivos acima, verifica-se a evidente constitucionalidade do projeto de decreto legislativo em exame, eis que visa suspender matéria regulamentada por ato administrativo normativo de autoria do Secretário de Estado da Educação absolutamente ilegal, uma vez que emitido sem o fundamento legal necessário, uma vez que a Constituição Federal estabelece três níveis de ensino: a) o Fundamental, dever indeclinável do Poder Público, nos termos do inciso I do artigo 208; b) o Médio, cuja formação também pode abranger o técnico-profissionalizante, como opção; e c) o Superior. Não existe na Constituição Federal, nem tampouco nas Leis Federais nºs 5.692/71 e 7.044/82, que regulam os princípios do sistema educacional brasileiro, e muito menos ainda nos projetos de lei da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou ainda no Projeto de Lei nº 1.603/96, que regulamenta o novo princípio do ensino técnico-profissionalizante no País, qualquer menção ao nível de ensino "Pós-Médio", principalmente com o caráter da obrigatoriedade da graduação em Educação Geral no nível médio como condição de acessibilidade ao mesmo. Neste sentido, face a disposição do § 3º do artigo 24 da Constituição Federal, o ato normativo em análise é inconstitucional e, portanto, cabível o Decreto Legislativo para sua imediata revogação.

De outra face, a implementação do PROEM através da resolução em exame também desrespeitou, frontalmente, disposição da Lei Estadual, mais exatamente a Lei Estadual nº 4.978/64, que regulamenta o Sistema Estadual de Ensino. Em seu artigo 74, alínea "f", estabelece tal diploma que, "litteris":

"Art. 74 - Ao Conselho Estadual de Educação, para cumprimento das atribuições que lhe são conferidas por esta lei e pela Lei Federal nº 4.024/61, compete:

(—)

f - propor ou adotar, quando na esfera de suas atribuições, modificações e medidas que visem a expansão e ao aperfeiçoamento do ensino;"

Neste sentido, tendo em vista não ter sido consultado o Conselho Estadual de Educação em caráter deliberativo sobre o PROEM em geral, e sobre a Resolução nº 4.056/96 - SEED, exsurge insuperável sua ilegalidade, pelo que até indispensável sua revogação através do projeto de decreto legislativo ora em exame.

III - Conclusão

Por todo o exposto, o parecer é no sentido da constitucionalidade e legalidade técnica-legislativa do projeto de decreto legislativo em exame.

E o parecer, salvo melhor juízo,

Sala das Comissões, em 05.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EMERSON NERONE - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada definitiva do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/96, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

Sobre o projeto de decreto legislativo a Mesa sugere às Lideranças, ao Líder do Governo que se reúnam para desta reunião resultar, se possível, um projeto de lei, que seria convertido em lei, assegurando a permanência dos cursos e também assegurando que poderá, se for o caso, que aconteçam as modificações. Sugiro ao Líder do Governo, aos Líderes dos Partidos, e a Vossa Excelência, autor do requerimento, na hipótese de que a sugestão da Presidência seja aceita. E solicito ao Deputado Algaci Túlio e Romanelli que retirem os seus requerimentos.

Com a palavra Deputado Romanelli.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Retiro o meu requerimento Deputado, retiro a moção de apoio dos Senhores Parlamentares no entendimento que fiz aqui com as demais Lideranças de apoio ao Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, a discussão com o Líder do Governo e demais Líderes nesta Casa nos últimos dias foi extremamente intensa, e quero dizer inclusive que foi proveitosa, porque há de se reconhecer que o recuo do Secretário da Educação foi um grande avanço, há de se reconhecer.

Mas hoje temos em verdade nesta Casa um processo de negociação, e temos hoje aqui as entidades representativas do Movimento Estudantil Secundarista, e os membros também do Conselho Estadual de Educação e da APP Sindicato. E nesse processo de discussão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós, eu o Deputado Vanhoni como autores do projeto de decreto legislativo que suspende aplicação do PROEM, junto com o Deputado Péricles, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, estamos num processo de negociação com a Liderança do Governo, e especialmente com a Liderança do PDT, o Deputado Valdir Rossoni.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esse processo de negociação que envolve no Paraná avançou muito, a sua sugestão Senhor Presidente de se discutir o PROEM a partir da elaboração de um projeto de lei que vai regulamentar o PROEM no Paraná é seguramente o melhor caminho, ou seja, nada como uma boa lei elaborada a partir de uma ampla discussão com a comunidade educacional, para que o Secretário tenha regras claras, limpidas e transparentes, para toda a sociedade, de como é que se pode fazer um programa que vai se beneficiar a toda a comunidade paranaense, e a de se reconhecer, que nós precisamos melhoria no ensino profissionalizante.

Creio e seguímos no dia de ontem, meio que unilateralmente, é verdade, mas o Governo se reuniu em Palácio, as Lideranças do Governo, o Secretário da Indústria e Comércio, da Educação, os Presidentes das Federações Patronais, e divulgaram uma moção de apoio, que foi posta para ser discutida nesta Casa.

Ocorre, que nós temos em mãos uma minuta, que foi apresentada pelo Deputado Algaci Túlio, nobre Líder do Governo, nesta Casa, que transforma o PROEM num

programa facultativo a ser definido a sua aplicação em cada escola pública do Paraná, a partir, é claro, de que o diretor da escola, e o Presidente da APM, manifeste a sua adesão ao PROEM. As escolas que não aderirem ao PROEM, fica valendo as que têm os cursos profissionalizantes, hoje: técnicos de contabilidade, escolas agrícolas, o magistério, enfim, todos os cursos. São 119 (cento e dezenove) habilitações técnicas, que existem hoje, em mais de seiscentas escolas por todo o Paraná.

Na nossa avaliação, Senhor Presidente, nesta minuta de resolução do próprio Secretário da Educação, que revoga a malfadada Resolução nº 4.056, resta para que concordemos com a feitura desta nova resolução, e daí a consequência da elaboração de um projeto de lei amplamente discutida, inclusive, com a concorrência do Conselho Estadual de Educação, que colaborará na elaboração dessa proposta, resta Senhor Presidente, tão somente, que no artigo 1º, em que se estabelece, que os estabelecimentos de ensino que ofertam o 2º Grau Regular, quer profissionalizante, quer de Educação Geral, poderão aderir ao PROEM, mediante termo de adesão, conforme enunciado, em anexo a esta resolução, que deverá ser firmada pelo diretor do estabelecimento, e pelo Presidente da Associação de Pais e Mestres - APMs.

Na discussão que tivemos com a APP, com a UPS e a UNESCO, fica a nossa proposta ao Deputado Algaci Túlio, que daí significará a apresentação, Senhor Presidente, e concordância do requerimento pela retirada por dez dias do nosso projeto de decreto legislativo, fica condicionada a seguinte redação: após deliberação das assembleias gerais das APMs e grêmios estudantis.

É essa a nossa proposta, Senhor Presidente, para que o acordo possa ser possível.
(Aplausos)

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, acho que a Assembleia pôde testemunhar hoje a nossa procura, a nossa busca de uma solução, de um entendimento político, que não traga seqüelas para ninguém. Nem para a oposição, no caso da derrubada do decreto legislativo, e nem vantagem ou seqüela para os Deputados que dão apoio ao Governo do Estado, que derrubando o decreto ficariam evidentemente numa posição ruim perante os estudantes.

Estou tentando desde o início da sessão o entendimento com o Deputado Romanelli, com o Deputado Ângelo Vanhoni, e nisso participar os Líderes, que nos dão apoio da bancada governista, e no entanto, lamento que o Deputado Romanelli não tenha entendido ainda a nossa proposta. O que é que nós propomos, que o Deputado Romanelli retire o seu projeto de resolução, nós retiramos o nosso requerimento de moção de apoio, o Secretário da Educação Ramiro Wahrhaftig, baixa uma nova resolução, baseado em alguns termos que nós abordamos numa reunião de ontem no Palácio do Governo e com quase todos os Parlamentares com assento nesta Casa, em apoio ao Governador do Estado. Nesse sentido, havendo esse entendimento, acredito que nós demos um grande passo para que a própria Assembleia - que ela tem toda a liberdade e se não satisfeita pela resolução, que aplicará imediatamente o Secretário da Educação, ela se manifeste através de uma lei que é inclusive uma proposta feita por Vossa Excelência, Presidente da Casa.

Acho que este é o melhor caminho, não vamos brigar, não vamos aqui criar uma celeuma em cima de um projeto que nós podemos melhorar pela Assembleia, há disposição de todos os Parlamentares aqui nesta Casa. Então, Senhor Presidente, gostaria de dizer ao Deputado Romanelli que esta minuta que o Secretário deverá evi-

dentemente baixar nas próximas horas - o que nós poderíamos colocar no item do artigo 1º, além daquele que Vossa Excelência já citou, onde diz: "conforme anunciado em anexo esta resolução que deverá ser firmada pelo diretor do estabelecimento, pelo Presidente da Associação de Pais e Mestres - APMs, após deliberação de assembleias realizadas pelas APMs e Conselhos Escolares".

Acredito que aqui está contemplada a comunidade estudantil que tem assento nos Conselhos Escolares. E com isso nós sanamos, Deputado Pessuti, este problema, esta é a proposta...

(Tumulto nas galerias)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, só pediria aos nossos companheiros que nesta tarde deixem essas galerias tão bonitas, que na verdade é o seguinte, o Deputado Algaci Túlio é uma pessoa movida pelo bom senso e por um alto nível do processo de negociação. E o que ele tem para nos dizer, embora ele dê pequenas "alfinetadas" quando está falando das minhas posições, mas ele, na verdade, vai chegar muito próximo do que nós queremos.

Vamos terminar de ouvir o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Volto a repetir, com todo o respeito aos estudantes, muito embora não estejam recebendo esse respeito, mas entendendo a posição democrática de cada um, nós já estamos acostumados a situações dessa natureza, quando eu até estava do outro lado e a Casa também estava cheia. Respeito a posição de todos, estou procurando encaminhar aqui uma proposta que seja de agrado a todos.

Este Governo não quer estragar a educação, quer melhorar a educação no Estado do Paraná, é este o propósito, e neste propósito é que estou encaminhando esta posição, este entendimento Deputado Romanelli, Deputado Ângelo Vanhoni, que nós coloquemos no artigo 1º, onde volto a repetir para entendimento do Deputado Romanelli e Vanhoni, onde diz: "resolução que deverá ser firmada pelo diretor do estabelecimento, Presidente da Associação de Pais e Mestres APMS, após deliberação de assembleias realizadas pelas APMS e Conselhos Escolares. Acho que aqui nós avançamos e depois a Assembleia, volto a repetir, tem toda a liberdade de fazer um projeto de lei, e o mesmo vale 50 vezes mais do que essa resolução do Secretário, a Assembleia tem esta oportunidade que nós estamos propiciando neste momento Deputado Romanelli, Ângelo Vanhoni e a comunidade estudantil. Ninguém quer fazer funcionar aqui um rolo compressor, não é esse desejo, e por isso eu estou esgotando todas as chances de uma negociação, eu não precisaria, volto a repetir, mas não quero colocar os companheiros Parlamentares num desgaste perante a comunidade estudantil, por isso é que estou aqui me esforçando, fazendo uma tentativa de negociação.

Faço um apelo a V.Exa., retire o seu decreto, retire o meu, o Secretário baixa a resolução e a Assembleia vai tomar a iniciativa que achar melhor, fazendo um projeto de lei e procurando melhorar a do PROEM.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - ...Deputado Algaci Túlio, quero manifestar em primeiro lugar que acho que a proposta que o Governo do Estado está trazendo hoje, ela avança muito, na forma de como discutir a melhoria do ensino no Estado do Paraná.

Acho que tem uma coisa que precisa ficar clara para todos os estudantes aqui, professores que vieram aqui, e para todos os Deputados. Acho que todos nós do

Paraná temos consciência de que o ensino neste País, a educação neste País é de baixíssima qualidade. E se o nosso País atravessa uma das maiores crises de valores, crises de sentimento de que é importante na vida, crises do ponto de vista do desenvolvimento econômico industrial, agrícola, é sobretudo porque os Governos que têm se sucedido, no Governo Federal e na maioria das vezes, em todos os Governos Estaduais, não colocam a Educação como ponto prioritário da gestão da ótica pública. Não há povo neste mundo que conseguiu construir um patamar de civilização e de dignidade para os seus habitantes, que não passou por uma prioridade absoluta dos recursos na educação. Não será diferente no Brasil. Este País não será uma Nação, não trará dignidade para o seu povo, não construirá uma perspectiva de que os nossos jovens, o nosso povo seja feliz um dia, enquanto não investir maciçamente os seus recursos, na área da educação, na formação profissional, de ajudar os microempresários, de ajudar o pequeno empresário, de investir na fixação do homem do campo, e assim por diante.

Tenha certeza Deputado Algaci Túlio, que toda a juventude do Estado do Paraná, todos os professores, desejam que o Governador Jaime Lerner, através da sua equipe técnica, dos Secretários de Educação, consigam fazer nos dois anos que faltam ainda de Governo um passo importante para a melhoria do ensino no nosso Estado. No entanto, Deputado Algaci Túlio, e acho que é esse o recado que os estudantes, os professores vêm trazer. E o apelo a Assembléia Legislativa é de que nós não podemos entender de que para melhorar os cursos técnicos tão importantes para capacitar o homem, para enfrentar o mercado de trabalho tão competitivo, e sobretudo, filho do trabalhador de baixa renda no nosso Estado que é a maioria. Nós vamos Deputado Alborghetti, melhorar o ensino médio no Estado do Paraná, adotando única e exclusivamente, dizendo para o resto da sociedade que as matrículas de duzentos mil jovens que cursam as escolas profissionalizantes do Estado do Paraná a partir de primeiro de janeiro estariam canceladas.

Não é assim que se faz. Nós precisamos partir de um entendimento, vamos separar aquela ótica perversa de que a vida é construída entre mocinhos e bandidos. Não vamos nos basear por isso. O Governo precisa entender que, a comunidade escolar, os professores, os alunos, os Deputados, Presidente de Associações de Moradores, Presidente de Associação Comercial do Estado do Paraná, de qualquer segmento da sociedade está interessado na melhoria do ensino no Estado do Paraná. Se esse é o entendimento do Governo, então vamos discutir com um pouco mais de calma as melhorias e as propostas que se tem para melhorar o ensino no nosso Estado. Porque da forma como estava as coisas ficam complicadas. Fiz um curso técnico na reforma de 1972. Fui aluno do único curso existente no Paraná, o curso técnico em publicidade. Tem quinze anos que este curso existe aqui em Curitiba. Agora, o Estado nunca deu recursos para este curso. Os professores tiveram que ser formados e foram pegos no mercado de trabalho na área da publicidade. Não existia este curso. Agora que o curso tem um laboratório. Agora que os professores estão bem treinados para ensinar os alunos. Vejam bem o que vai acontecer. Um curso que tem, sei lá, onze mil alunos, dois mil alunos lá no Jardim Centenário. Veja bem se essa medida do Governo fosse da forma como estava sendo discutida. Cancela-se a matrícula, ninguém se matricula mais no curso técnico de publicidade, aqueles professores não saberiam mais o que fazer, todo o investimento que tiveram naquela escola estaria por água abaixo e só daqui a dois anos é que entraria o curso pós-médio para, talvez aí, ser o curso de pós-médio de publicidade no curso que já tinha uma experiência de quinze

anos na publicidade.

Então, são medidas, são receios que a comunidade escolar tem de, como será esse processo que está ocasionando toda essa polêmica.

Para esclarecer os nossos companheiros que aqui vieram, acho que hoje nós demos um passo importante. O Deputado Algaci Túlio, o Deputado Valdir Rossoni e os demais Deputados que dão apoio político aqui hoje ao Governo Jaime Lerner estão sensíveis, que a Assembléia faça um projeto de consenso, através de um projeto de lei a construção de como será a implantação do PROEM no Estado do Paraná a partir do ano que vem. O se o projeto assim deliberar a partir de 1998, quando realmente terá o primeiro curso de pós-médio no ano letivo no Estado do Paraná.

Pois bem, quero fazer um apelo aos Senhores Parlamentares e ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, porque me parece que ele concorda comigo, retiramos hoje o nosso projeto de resolução e o Governo baixa uma portaria de acordo com o conteúdo que o Deputado Algaci Túlio explicou aqui. E, nós vamos até o dia trinta de novembro, aí é a minha proposta para o Presidente desta Casa Deputado Aníbal Khury, que o Senhor encaminhe este é o meu pedido, que este Projeto, esta comissão seja formada hoje, Deputado, com os Líderes de cada Partido e que, até o dia trinta, no máximo até o dia trinta, nós possamos votar em Regime de Urgência-Urgentíssima um projeto que consolide a implementação das reformas necessárias para a melhoria do ensino, tanto de forma geral quanto da capacitação técnica dos nossos jovens, alunos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente.

Já disse há a maior boa vontade por parte dos Deputados de Oposição, da Comissão de Educação em negociar uma saída correta para este impasse que se colocou em nosso Estado. Mas, algumas questões me preocupam, Senhor Presidente, nós já estamos em meados de novembro, quase no final do mês de novembro. Os cursos começam em fevereiro, o 2º grau. E nós não podemos permitir que o (?) continue nas escolas estaduais. Me parece que há problemas, nesta minuta apresentada pelo Líder do Governo e que fica uma situação dubia. Me parece, que pelo que escrito aqui, as escolas que aderirem ao PROEM, tão somente estas escolas terão acesso as verbas do PROEM. Isso não é justo. Mesmo porque um dos componentes deste programa se refere a melhoria dos cursos de Educação Geral. Então pergunto: Uma escola que não vai aderir ao programa, que vai continuar tentando paralelamente, o curso de Educação Geral, cursos profissionalizantes até o ano que vem, vai receber recursos do PROEM, para melhorar seu curso de Educação Geral? Isso tem que ficar claro, senão vai acontecer o seguinte: as escolas vão ser praticamente, forçadas a aderir ao programa, com medo de não receber os recursos, caso não aderirem ao programa. Então este é o problema. Por isso acho que é uma questão de bom senso. Pediria ao Líder do Governo que refletisse, talvez nós pudéssemos fazer uma interrupção de 5 ou 10 minutos, da sessão Senhor Presidente, para discutir estas questões, estas questões são complexas. Ora o caminho mais correto na minha opinião é a seguinte: o Governo deixe que permaneça o sistema como está por mais um ano. Mesmo porque o Governo ainda está estudando o curso pós-médio, não sabe nos dizer quais as escolas que vão ter esses cursos, quais municípios, que tipos de cursos pós-médio vai ter, qual a atuação que curriculum. O Governo não disse nada de concreto. Então não há problema nenhum que nós consigamos suspender por 1 ano este projeto. Todas as escolas do Paraná continua-

ram ofertando os cursos profissionalizantes. Nós teremos um longo processo de discussão democrático. Com os Deputados, com o Conselho Estadual de Educação, com o Poder Executivo do Paraná, APP Sindicato, Universidades, para podermos avaliar com profundidade, o que vai acontecer com o ensino médio. Tem centenas de jovens esperando uma solução deste impasse. Se nós pudéssemos suspender por 10 minutos para negociar com a Liderança do Governo. Esta é a solicitação que faço Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho que nós não estamos chegando a conclusão nenhuma. Perguntaria ao Deputado Romanelli se vai retirar o seu requerimento?

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, não há condições de suspender a sessão por 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente não dá, porque em 10 minutos não vai se resolver este problema. A minha sugestão é que as Lideranças se reunam, nós temos espaço para votar esta Lei se for o caso até o dia 30. Faremos tantas sessões extraordinárias, ordinárias, quanto forem necessárias.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, só para votação então Senhor Presidente. Também já estou esgotado, também, porque já fiz todas as tentativas de negociações.

(SUSPENSA A SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.

O SR. CAITO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que V.Exa. orientasse este Plenário das sugestões que têm sido apresentadas. Pergunto: com a retirada do projeto da Ordem do Dia por uma, duas ou três sessões, ele fica apto a retornar na Ordem do Dia, normalmente, com os pareceres da CCJ para uma votação final, suspendendo o ato do Secretário de Educação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sugeri que o projeto do Deputado Romanelli fosse retirado e também é sugestão do Deputado Algaci Túlio. Estou aguardando uma resposta.

O SR. CAITO QUINTANA - Insisto: V.Exa. estaria sugerindo a retirada definitiva ou a retirada temporária?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estou sugerindo a retirada definitiva, porque se não houver entendimento o Deputado pode apresentar esse projeto de resolução a qualquer instante!

O SR. CAITO QUINTANA - Mas queria trazer uma proposta a mais, embora não autorizada por ninguém da Bancada. Talvez a situação melhor, e gostaria que os estudantes presentes entendessem isso, seria uma retirada por duas, três sessões... Eu, na hora de votar, votarei a favor do desejo de vocês que estão nas galerias. A sugestão é no sentido de manter o projeto pronto a ser votado a qualquer instante, no instante em que não se colocasse no projeto aquilo que é desejo de professores, APP e de grêmios estudantis. Porque senão só tem um outro caminho: é a votação direta hoje e já!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Parece que não vai acontecer acordo. Esta Presidência tentou, então vai submeter a votos.

O SR. JOSÉ MARIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, o que se discute neste Plenário hoje e em outros dias, foram momentos muito importantes para se firmar na defesa da educação do Paraná. Ninguém discute, aqui, da importância da reformulação do ensino técnico de 2º Grau. Mas o que discutimos e que quisemos colocar à Liderança do Governo, são as formas como isto vem sendo discutido, colocado para que o ensino técnico no Estado do Paraná possa ser melhorado.

Ora, se temos, aqui, no próprio indicativo do Governo e aí que estabeleço a minha grande preocupação, onde diz: Mas em 738 estabelecimentos que ofertam 2º Grau, distribuídos em 369 municípios dos atuais 371. Apenas 20 ocupam espaço exclusivo para a modalidade. As matrículas se concentram no período noturno onde 66% dos estudantes cursam. "E depois ele diz que está trazendo igualdade, está oferecendo oportunidade a todos os estudantes. Não pode.

E esta é a grande indagação deste Plenário, porque o Governo não traz com clareza e objetividade aonde vão ser constituídos esses cursos técnicos.

Como é que o Governo vai construir os espaços, como é que vai estabelecer a grade. E aí nesse aspecto quero parabenizar Vanhoni pela fala dele, quando defendeu uma postura de entendimento. Também o Péricles foi feliz quando diz que não tem espaço, tanto físico, para que o Governo possa se instalar.

A Assembléia hoje tem oportunidade, Senhores Deputados, de realizar aqui a defesa do PROEM, realizar aqui defesa da instalação de um curso técnico que possa atender os interesses do Paraná e do estudante. Mas, se for séria, se for efetivamente sintonizada com o Programa de Educação Técnica do Paraná.

Agora se nós apenas tivermos preocupados em não desgastar a bancada da situação ou da oposição, nós não estaremos realizando nenhum fato que some para o curso técnico do Estado do Paraná.

Aqui lamento a colocação do Líder, quando ele disse que queria o curso, mas que ele não queria desgastar nem a oposição nem a situação.

Aqui não estou nem como oposição, nem como situação. Estou sim no exercício legítimo de um Deputado que representa o interior do Estado, representa parcela de população e que com certeza nós não temos condições de saber como é que vai ficar a defesa e a instalação dos cursos técnicos no interior do Estado.

Esta é a grande questão. Esta é a oportunidade que nós temos que discutir. Por isso, Senhores Deputados, aqui rogo ao Líder do Governo que faça entendimento, na retirada Senhor Presidente, que o senhor com sabedoria propôs, para que nós possamos ter mais tempo de discutir e de avaliar, de ver as questões que realmente interessam a educação. Não simplesmente, porque não queremos agradar ou desagradar ao Governo, ou porque queremos fazer oposição. Assim a posição aqui que se toma é em defesa de implantação do 2º Grau, que corresponda as nossas necessidades.

Precisa urgentemente de ser reformulado. Mas nós não podemos dar um passo à frente e dois para trás, é isso que esta Assembléia tem a oportunidade de fazer, que é assegurar que nós possamos fazer e patrocinar reforma do ensino técnico no Estado do Paraná com segurança e firmeza, permitindo com maiores discussões, permitindo que nós possamos ouvir as comunidades especialmente aquelas mais distantes dos grandes centros.

Esta é a colocação que deixo e espero que os Deputados e esta Assembléia tenha condições de internamente analisar para o bem do ensino do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa adverte os Senhores Deputados que poderá falar para o

encaminhamento de votação durante uma vez só, mas como V.Exa. é o autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Excelência, em verdade estou pedindo Pela Ordem, para comunicar à Mesa, que após um amplo debate com a comunidade estudantil e também do nosso magistério aqui presente e com os Deputados de todos os Partidos, das Bancadas de Oposição e de Situação e de reconhecer o esforço feito pelo Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, então mantida a redação, Senhor Presidente, na minuta que garante a participação da comunidade escolar, com a redação da seguinte forma:

"Em termos de adesão conforme enunciado anexo em discussão a ser firmado pelo Diretor deste Estabelecimento e pelo Presidente da Associação de Pais e Mestres, após deliberação das Assembléias Gerais das APMs e do Conselho Escolar, nós encaminhamos Sr Presidente, à Mesa requerimento pedindo a retirada por 10 sessões do projeto de decreto legislativo até a elaboração do projeto de lei que será feito por esta Casa e que regulamentará a aplicação do PROEM no Paraná, garantindo desta forma e há de reconhecer que nós tivemos um grande avanço com a mobilização da comunidade escolar, garantindo a matrícula em todos os estabelecimentos públicos de ensino, a partir da mobilização de cada comunidade junto a direção, a APM e ao Conselho Escolar. Fazendo com que cada estudante, que quer se matricular, possa ter seu direito assegurado."

Foi um grande avanço que conseguimos, e eu e o Deputado Vanhoni apresentamos o nosso requerimento de retirada por dez sessões, garantindo que esse processo de diálogo foi extremamente importante na defesa dos interesses da educação pública no nosso Paraná, e agradecemos aos Deputados Valdir Rossoni e ao Algaci Túlio que com os demais Parlamentares, e naturalmente, sendo a aspiração de V.Exa. Presidente Anibal Khury, e junto com a comunidade escolar garantiremos um projeto de lei que regulamentará de forma muito clara, limpa e, seguramente, que vai defender os interesses dos alunos da escola pública do nosso Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Afinal, como é que ficamos?

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria que V.Exa. fizesse a leitura do requerimento, para que nós pudéssemos ver aqui com a Bancada Governista qual é o entendimento desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento é o seguinte:

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuição regimental, REQUER após ouvido o Plenário a retirada por 10 (dez) sessões do projeto e Decreto Legislativo 09/96, constante na ORDEM DO DIA da presente Sessão".

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, não fala em arquivamento dessa resolução?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só em adiamento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Só em adiamento. Senhor Presidente, entendo que estamos adiando uma solução que nós já encontramos. Quando falamos que o Secretário vai baixar uma nova resolução e a Assembléia vai trabalhar em cima de um projeto de lei, entendo que não há mais razão de se manter esse decreto legislativo para

uma nova discussão, para um novo desgaste da Casa. E, que não tem mais sentido, se já vai sair a nova resolução e a Assembléia vai trabalhar em cima de um projeto, Deputado Luiz Claudio Romanelli e Deputado Ângelo Vanhoni, acho que é desnecessário manter esse decreto em suspense.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, o Deputado Algaci Túlio tem razão, obviamente, o Secretário baixando a nova resolução, ele revoga, não ele vai baixar, ela revoga a quatro mil e cinquenta e seis. Ele tem razão, não há sentido de se fazer adiamento, na verdade, é da retirada até porque, se não for, e eu tenho certeza que será naturalmente, cumprido esse acordo de cavalheiros que fizemos, o objeto de um novo projeto decreto legislativo tem que ser modificado, porque esse deixa se existir.

Então, está certo o Deputado Algaci Túlio, peço a retirada, Senhor Presidente do Projeto Decreto Legislativo nº 09/96.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência solicita ao Deputado, Líder do Governo, às Lideranças de todos os Partidos aqui presentes e quem esteja interessada a Presidência da Comissão de Educação, para que se reúnam imediatamente. Asseguro que a Presidência dará todas as garantias e tomará todas as providências para que esse projeto de lei seja votado antes do fim do mês de novembro.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1449, de autoria dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Sâmis da Silva, Reny Borsatto, Edson Lino e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior.- Retirado pelos Autores.

Requerimento nº 1453, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1454 e 1455, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kleise, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1456, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1457, 1458, 1460 a 1462 e 1472, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1459, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1463 a 1465, de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1468, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1469 e 1470, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1473, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1475 e 1476, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1478, de autoria dos Senhores Deputados Miltilino Puppio, Edson Lino, Reny Borsatto, José Tavares e demais Senhores Deputados, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária,

para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do projeto de Lei Complementar nº 432/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 109, 313 e 429/96.

Marco ainda, uma sessão ordinária para quarta-fei-

ra, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 109, 262, 263, 313 e 429/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 199, 231, 314, 351 e 478/96.

Levanta-se a sessão.